

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As notas às demonstrações financeiras que a seguir se apresentam dão conta das informações relevantes para a sua melhor compreensão.

As notas respeitam a numeração sequencial definida no SNC-AP. As notas cuja numeração é omissa não são aplicáveis ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Todos os valores encontram-se expressos em Euros.

0. ADOÇÃO PELA PRIMEIRA VEZ DO SNC-AP – DIVULGAÇÃO TRANSITÓRIA

Considerando que as presentes demonstrações financeiras são as segundas apresentadas em SNC-AP, esta nota não se aplica no presente ano.

1

1. Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

1.1 Caracterização da entidade e organograma

CARATERIZAÇÃO DA ENTIDADE	
1. IDENTIFICAÇÃO	
Designação	Município do Barreiro
NIPC	506673626
Natureza	Autarquia Local
Endereço postal	Rua Miguel Bombarda
Telefone / Fax	212068000 / 212068001
Endereço de correio eletrónico	geral@cm-barreiro.pt
Sítio na internet	www.cm-barreiro.pt
Tem serviços de natureza consultiva e/ou serviços de fiscalização?	Sim Não X
Organograma	Em anexo
2. LEGISLAÇÃO	
Regime Financeiro	Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro alterada pela Lei n.º 51/2018 de 16 de agosto
Regime Jurídico	Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro

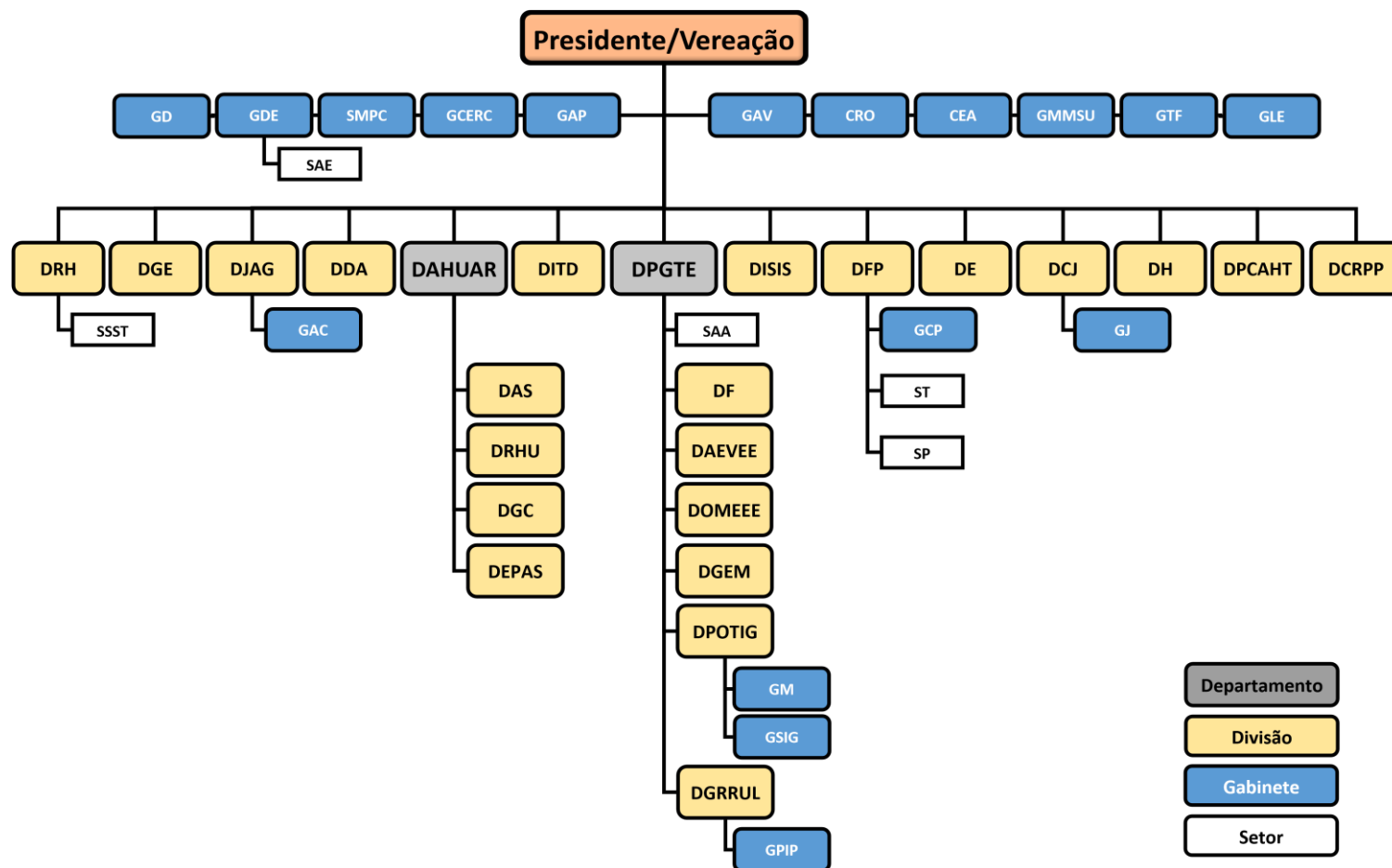
3.	PARTICIPAÇÕES DA ENTIDADE (a especificar – opcional)	Sim	Não
	Serviços Municipalizados	X	
	Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	Sim	
	Serviços Intermunicipalizados		X
	Entidades Intermunicipais	X	
	Associação Nacional Municípios Portugueses		
	Área Metropolitana de Lisboa		
	Artemrede - Teatros Associados		
	AIA - Associação Intermunicipal de Águas da Região de Setúbal		
	Associação de Municípios da Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis		
	Entidades Associativas Municipais	X	
	Empresas Locais		X
	Empresas Participadas	X	
	Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A		
	Simarsul, S.A.		
	Cooperativas		X
	Fundações		X
	Entidades de outra natureza	X	
	S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete		

4.	DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES
	O Município do Barreiro desenvolve toda a sua atividade no âmbito das competências atribuídas na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, nomeadamente, na organização, planeamento e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano; energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura, tempos livres e desporto, saúde, acção social, habitação, proteção civil, ambiente, abastecimento de águas, salubridade e saneamento básico, defesa do consumidor, promoção do desenvolvimento económico e turismo, ordenamento do território e urbanismo.

5.	COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO
5.1	IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO EXECUTIVO / CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
	De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2022
	Frederico Alexandre Aljustrel da Costa Rosa
	Rui Miguel Santos Braga
	Sara Isabel da Conceição Ferreira
	Rui Pedro Ferreira Pereira
	Maria João Gonçalves da Conceição Martins Regalo
	Carlos Miguel dos Santos Guerreiro
	Maria Arlete Pereira da Cruz
	Humberto Carlos de Oliveira Faisca
	Mónica Alexandra Salvador Duarte
5.2	NÚMERO DE VEREADORES (1)
	Em regime de permanência..... 7
	A meio tempo.....
	Restantes vereadores..... 2
5.3	NÚMERO DE ELEITORES
	Até 10.000.....
	Mais de 10.000 e menos de 40.000.....
	Igual ou superior a 40.000..... X
6.	ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA
	Referencial contabilístico: As demonstrações financeiras foram preparadas, pela primeira vez, com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e, foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para o Município.
	Sistema informático: aplicação SNC da AIRC

7.	OUTRA INFORMAÇÃO		
7.1	AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO (Últimos 5 anos)		
	Entidade fiscalizadora	IGF - Inspeção Geral de Finanças	
	Data da ação	2016	
	Período abrangido	2015	
	Identificação da ação	Controlo do Programa de Apoio à Economia Local (PAEL)	
7.2	APROVAÇÃO DOS DOCUMENTOS	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Norma de Controlo Interno e eventuais alterações (a especificar) (2)	06/09/2000	02/10/2000
	Regulamentos (todos publicados no sítio do Município da Internet)		
	Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão e eventuais alterações		
	Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Prevenção dos Riscos de Gestão		
7.3	INSCRIÇÃO DO SALDO DA GERÊNCIA DO ANO ANTERIOR	Data de Aprovação	
		Órgão Executivo	Órgão Deliberativo
	Revisão Orçamental	20/04/2022	04/05/2022
	Alteração Orçamental (n.º 6, do art.º 40º RFALEI)		
7.4	INFORMAÇÃO RELATIVA À CONSOLIDAÇÃO DE CONTAS		
	SMTCB - Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro		
7.5	DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA (Art.º 111.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das autarquias locais	X	
	- Transferência de competências de órgãos do Estado para órgãos das entidades intermunicipais		
7.6	DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS (Art.º 116.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro)	Sim	Não
	- Dos órgãos do município nos órgãos das freguesias	X	
	- Dos órgãos do município nos órgãos das entidades intermunicipais		
7.7	INFORMAÇÃO RELATIVA A PESSOAL (2)	Sim	Não
	- Na eventualidade da existência de limites legais, em matéria de pessoal, indicar se os mesmos foram observados, com a remessa de documentação comprovativa[2]		
	- N.º de trabalhadores a 31 de dezembro		1304
7.8	PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO	Início do exercício	Fim do exercício
		8 dias	18 dias
7.9	A PREENCHER, NO CASO DE SE TRATAR DE UMA ENTIDADE DE NATUREZA ASSOCIATIVA (3)		
	- Data da constituição		
	- Entidades associadas existentes no fim do exercício		
	- Informação sobre a existência de atividade/movimentos financeiros na gerência		
7.10	CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS/OBRAS PÚBLICAS	Sim	Não
		X	
	Simarsul, S.A.		
	Objeto da concessão: concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal		
	- Data de celebração do contrato: 17/12/2017		
	- Período da concessão: 30 anos		
	- Natureza da concessão: Por imposição legal com base no DL n.º 34/2017 de 24 de março		
	E-REDES - Distribuição de Eletricidade, S.A.		
	Objeto da concessão: Contrato de concessão e distribuição de energia elétrica em baixa tensão do Município do Barreiro		
	- Data de celebração do contrato: 29/07/2002		
	- Período da concessão: 20 anos		
	- Natureza da concessão: Por imposição legal com base no DL n.º 344-B/82 de 1 de setembro, na sua redação atual.		
7.11	MECANISMOS DE RECUPERAÇÃO FINANCEIRA E OUTROS PROGRAMAS DE REGULARIZAÇÃO DE DÍVIDAS A FORNECEDORES	Sim	Não
			X

Organograma



1.2 Desagregação de caixas e depósitos

Quadro n.º 1 – Desagregação de caixas e depósitos

Conta	Designação	31/12/2022		31/12/2021	
111	Caixa		8 471,53 €		11 472,22 €
12	Depósitos à ordem		3 098 158,10 €		1 973 535,39 €
122	Depósitos bancários à ordem	3 098 158,10 €		1 973 535,39 €	
13	Outros depósitos		1 007 430,17 €		1 053 448,88 €
132	Depósitos consignados	48 191,69 €		48 191,69 €	
133	Depósitos de garantias e cauções	959 238,48 €		1 005 257,19 €	
	Total		4 114 059,80 €		3 038 456,49 €

1.3 Referencial contabilístico e demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

Em 2022 as demonstrações financeiras do Município do Barreiro foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, tendo sido aplicadas subsidiariamente, de acordo com o artigo 13º, pela ordem seguinte, as Normas Internacionais de Contabilidade Pública em vigor, o SNC, as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas na União Europeia e as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board*. Foram ainda aplicados os requisitos das normas de contabilidade pública relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

b) Comparabilidade

Considerando que as demonstrações financeiras de 2022 são apresentadas em SNC-AP tal como as de 2021, é possível efetuar uma comparação direta entre as diferentes rubricas das demonstrações financeiras de 2021 e 2022.

2. Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com a NCP 1 – Estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras e são expressas em euros, sendo esta também a moeda funcional.

2.1 Bases de mensuração

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de acordo com o normativo contabilístico SNC-AP.

Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura concetual e nas NCP.

Informação Comparativa

Sempre que possível, a informação comparativa foi divulgada com respeito ao período anterior para grande parte das quantias relacionadas nas demonstrações financeiras.

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

7

Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por uma NCP.

Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, o Município continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos e mensurados pelo seu custo de aquisição, menos amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Compreende, essencialmente, licenças de software, programas de computador e marcas e patentes.

Um ativo intangível apenas é reconhecido quando for provável que dele advenham benefícios económicos futuros ou potencial de serviço esperado e se o custo ou justo valor do ativo possa ser mensurado com fiabilidade.

A quantia amortizável de um ativo intangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. A amortização, calculada numa base duodecimal, começa quando o ativo está disponível para uso, isto é, quando se encontra na localização e condição necessárias para operar da forma pretendida pelo órgão de gestão.

Para este efeito são tidas em consideração as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

O método de amortização deve refletir o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam consumidos pela entidade. O método de amortização utilizado no período de relato é o método da linha reta.

As licenças de software e programas de computador tem uma vida útil estimada de 3 anos. As marcas e patentes tem uma vida útil estimada de 5 anos.



b) Acordos de concessão de serviços: Concedente

Os ativos de concessão de serviços são reconhecidos quando o Município controla quais os serviços que o concessionário tem de prestar com o ativo, a quem tem de os prestar e a que preço, controlando, através de propriedade, o ativo no final do termo do acordo.

Os ativos em concessão são contabilizados de acordo com a NCP 5 – Ativos fixos tangíveis, pelo que os mesmos se encontram reconhecidos no Ativo fixo tangível, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

c) Ativos fixos tangíveis

Os Ativos fixos tangíveis são mensurados ao seu custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

O custo de um bem do ativo fixo tangível é reconhecido como ativo se, e apenas se:

- (a) For provável que fluirão para o Município, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço associados ao bem; e
- (b) O custo ou o justo valor do bem puder ser mensurado com fiabilidade.

Quando um ativo fixo tangível é adquirido através de uma transação sem contraprestação, o seu custo inicial à data de aquisição é o seu justo valor nessa data. Dada a dificuldade em mensurar com fiabilidade o justo valor de alguns destes ativos, nomeadamente ativos significativos do património histórico e cultural, adquiridos ao longo de muitos anos através de doações e legados, alguns deles não se encontram reconhecidos.

Estes ativos raramente são detidos pela sua capacidade de gerar fluxos de caixa e é frequente existirem obstáculos legais para os usar para tais finalidades.

A quantia depreciável de um ativo fixo tangível é imputada numa base sistemática durante a sua vida útil. As depreciações são calculadas, quando os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em sistema de duodécimos, em conformidade com as vidas úteis de referência previstas no Classificador complementar 2 – Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, desde que não se mostrem contrárias às estimativas de utilização do ativo, tendo em consideração a sua obsolescência ou outro desgaste que ocorra nas circunstâncias em que ele é utilizado. Nesta situação, são casuisticamente justificadas as razões que explicam uma eventual alteração do tempo de vida útil.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos
Bens de domínio público	
Edifícios e outras construções	10 a 100
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento de transporte	4 a 20
Equipamento administrativo	4 a 8
Equipamentos biológicos	4 a 8
Outros ativos fixos tangíveis	4 a 8

O método de depreciação reflete o padrão pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros ou potencial de serviço sejam usufruídos. Regra geral, é utilizado o método das quotas constantes (ou da linha reta), aplicado de forma consistente de período para período, a não ser que ocorra uma alteração no modelo de consumo esperado desses benefícios económicos futuros ou potencial de serviço.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate destes ativos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/abate, sendo registadas como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

d) Locações

A classificação das locações financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos.

Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes a propriedade do ativo. As restantes locações são classificadas como operacionais.

Os Ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual.

Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

e) Propriedades de investimento

O Município não é detentor de propriedades de investimento.

f) Investimentos financeiros

Ao abrigo da NCP 23 – Investimentos em Associadas e Empreendimentos conjuntos, o Município utiliza o método da equivalência patrimonial na contabilização dos investimentos financeiros das entidades sobre as quais exerce influencia significativa ou controlo.

A existência de influência significativa por parte de uma entidade é geralmente evidenciada por uma ou mais das seguintes formas:

- (a) Representação no conselho de administração ou órgão de gestão equivalente da participada;
- (b) Participação em processos de decisão de políticas;
- (c) Transações materiais entre o investidor e a participada;
- (d) Intercâmbio de pessoal de gestão;
- (e) Prestação de informação técnica essencial;
- (f) Participação igual ou superior a 20%.

Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento financeiro é reconhecido pelo custo aquando do reconhecimento inicial, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas de uma participada reduzem a quantia escriturada do investimento. A quantia escriturada poderá também ter de ser ajustada por forma a refletir a evolução do interesse da investidora na participada, resultantes de alterações no capital próprio desta que não tenham sido reconhecidas nos seus resultados.

Tais alterações incluem as provenientes de revalorização de ativos fixos tangíveis e de diferenças de transposição de moeda estrangeira. A parte da investidora nessas alterações é reconhecida diretamente no património líquido.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se relevados ao custo de aquisição.

g) Imparidade de ativos

As quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis são revistas anualmente para determinar a existência de imparidade. Em caso de existência de tais indícios, o Município procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a existência e extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o justo valor de um ativo menos custos de vender e o valor de uso. O justo valor de um ativo menos custos de vender e o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Uma perda por imparidade é imediatamente reconhecida nos resultados. Após o reconhecimento de uma perda por imparidade, o gasto com a amortização/depreciação do ativo é ajustado nos períodos futuros para imputar a quantia escriturada revista do ativo, menos o seu valor residual (se o houver) numa base sistemática, durante a vida útil remanescente.

Sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado não possa ser recuperado, é efetuada uma nova avaliação de imparidade.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta

análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida como um rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Inventários

Os inventários encontram-se registados ao custo. O custo inclui o preço ou valor de compra, bem como as despesas adicionais de compra.

As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Perdas por imparidade em inventários” e “Reversões de perdas por imparidade em inventários”.

Quando os inventários são vendidos ou consumidos, a quantia escriturada desses inventários é reconhecida como um gasto do período em que o respetivo rendimento é reconhecido.

O método de custeio de saídas adotado pelo Município é o Custo Médio Ponderado.

As quantidades existentes no final do período de relato foram determinadas a partir dos registos contabilísticos confirmados por contagem física.

i) Instrumentos financeiros

O tratamento dos instrumentos financeiros segue o preconizado na NCP 18 – Instrumentos financeiros.

O Município reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativo financeiro e qualquer ativo que seja:

- (a) Dinheiro;
- (b) Um instrumento de capital próprio de uma outra entidade;
- (c) Um direito contratual:
 - (i) De receber dinheiro ou outro ativo financeiro de uma outra entidade;
 - (ii) De trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente favoráveis para a entidade.

Os ativos financeiros são registados ao custo e apresentados no balanço deduzidos de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

Passivo financeiro é qualquer passivo que seja:

- (a) Uma obrigação contratual:
 - (i) Para entregar dinheiro ou outro ativo financeiro a uma outra entidade; ou
 - (ii) Para trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade segundo condições que são potencialmente desfavoráveis.

Os passivos financeiros são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Instrumento de capital próprio é qualquer contrato que evidencie um interesse residual nos ativos de uma entidade depois de deduzir todos os seus passivos.

j) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando, cumulativamente, existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos como:

- (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o seu controlo; ou
- (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos.

O Município não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem

prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

k) Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 01 de janeiro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

l) Regime do acréscimo

O Município regista os seus gastos e rendimentos na base do acréscimo, pela qual são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes gastos e perdas e rendimentos e ganhos são registadas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” ou “Diferimentos”.

m) Rendimentos

O Município aborda as matérias relacionadas com o reconhecimento e mensuração do rendimento de transações, tendo em conta o prescrito nas NCP 13 – Rendimentos de transações com contraprestação e NCP 14 - Rendimentos de transações sem contraprestação.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para o Município benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade.

Vendas e prestações de serviços

São reconhecidos pelo seu justo valor da retribuição recebida ou a receber. O justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas, ou

outros documentos legais emitidos. Os serviços podem ser prestados durante mais do que um período, atendendo-se, nestas circunstâncias ao regime do acréscimo.

Impostos e taxas

O total da faturação relativa aos bens vendidos ou serviços prestados é reconhecido como dívida no momento da sua emissão.

Transferências e subsídios correntes e de capital obtidos

As transferências/subsídios obtidos são reconhecidos quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Município cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

A dotação do Orçamento do Estado é atribuída anualmente ao Município em conformidade com a Lei do Orçamento do Estado, sendo o respetivo rendimento reconhecido mensalmente.

As transferências/subsídios obtidos afetos a despesas correntes e a depreciação de ativos são diferidos no Balanco, na rubrica de Diferimentos, sendo registados como rendimento do período (rubrica “Transferências e subsídios correntes obtidos”), na proporção, respetivamente, dos correspondentes gastos incorridos e dos gastos de depreciação e de amortização dos ativos durante a vida do projeto, independentemente do momento do recebimento dos mesmos.

As transferências/subsídios relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são reconhecidas no Património Líquido, passando a ser reconhecidos na demonstração dos resultados (rubrica “Imputação de subsídios e transferências para investimentos”) numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários ao balanceamento com os gastos relacionados, ou seja, na proporção dos respetivos gastos de depreciação e de amortização durante a vida útil dos ativos. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis, são mantidos no Património Líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

As transferências/subsídios reembolsáveis são contabilizadas como Passivos, na rubrica “Financiamentos obtidos”.

n) Partes relacionadas

O Município identifica as entidades relacionadas de acordo com os critérios estabelecidos na NCP 20 – Partes relacionadas, divulgando, quando aplicável, informação acerca das transações existentes.

Neste contexto, são identificadas como partes relacionadas:

- As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Município;

- As entidades de supervisão, dado que as funções que exercem lhes conferem uma influência significativa, mas não de controlo, nas decisões financeiras e operacionais do Município, nomeadamente o Ministério das Finanças bem como o Tribunal de Contas, a UniLEO e a CNC.

o) Enquadramento fiscal

De acordo com o disposto na alínea a) do nº 1 e no nº 2 do artigo 9.º, do Código sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, o Município goza de isenção parcial de IRC, uma vez que a referida isenção não compreende os rendimentos de capitais, tal como são definidos para efeitos de IRS.

Para efeitos de IVA, o Município, assume-se como sujeito passivo misto.

2.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos do Município, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no presente anexo às demonstrações financeiras.

3. Ativos intangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos Ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas foi o seguinte:

Quadro n.º 2 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 877 163,87	1 800 100,06	0,00	77 063,81	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1 877 163,87	1 800 100,06	0,00	77 063,81	1 877 163,87	1 877 163,87	0,00	0,00

Quadro n.º 3 - Quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
440 Ativos intangíveis de domínio público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	77 063,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-77 063,81	0,00	0,00
444 Propriedade industrial e intelectual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
446 Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
454 Ativos intangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	77 063,81	0,00	0,00	0,00	0,00	-77 063,81	0,00	0,00

A conta 443 – Programas de computador e sistemas de informação, comporta os softwares informáticos que o Município adquiriu ao longo dos anos.

4. Acordos de concessão de serviços: concedente

O Município detém 2 contratos de concessão de serviços, cujos objetos estão devidamente identificados no quadro n.º 4.

Quadro n.º 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	EDP Distribuição - Energia, S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-
Exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da Península de Setúbal	Simarsul, S.A.	493 015,65	30 Anos	-	-	-	-

5. Ativos fixos tangíveis

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nas quantias escrituradas dos Ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, encontram-se detalhados nos quadros seguintes.

Os bens cuja valorização não foi possível realizar, são, nomeadamente, Livros, Obras de Arte e outros bens em mau estado de conservação.

Quadro n.º 5 - Variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 672 897,58	0,00	0,00	1 672 897,58	1 672 897,58	0,00	0,00	1 672 897,58
Edifícios e outras construções	7 533 798,55	1 374 995,88	0,00	6 158 802,67	7 727 587,05	1 620 039,57	0,00	6 107 547,48
Infraestruturas	63 674 071,32	20 261 461,00	0,00	43 412 610,32	67 146 569,93	22 574 416,31	0,00	44 572 153,62
Património histórico, artístico e cultural	612 346,33	14 758,15	0,00	597 588,18	623 360,50	14 758,15	0,00	608 602,35
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	73 493 113,78	21 651 215,03	0,00	51 841 898,75	77 170 415,06	24 209 214,03	0,00	52 961 201,03
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	20 953 248,34	1 037 138,21	0,00	19 916 110,13	20 953 248,34	1 047 772,61	0,00	19 905 475,73
Edifícios e outras construções	45 481 684,40	13 849 597,73	0,00	31 632 086,67	52 045 472,00	15 100 721,73	0,00	36 944 750,27
Equipamento básico	9 488 816,53	6 852 027,89	0,00	2 636 788,64	10 284 925,17	7 418 809,45	0,00	2 866 115,72
Equipamento de transporte	7 274 544,63	4 676 049,37	0,00	2 598 495,26	7 643 229,80	5 235 837,54	0,00	2 407 392,26
Equipamento administrativo	2 593 026,58	2 221 680,30	0,00	371 346,28	2 626 604,16	2 320 645,73	0,00	305 958,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	2 825 764,13	2 359 577,08	0,00	466 187,05	2 965 427,83	2 459 717,68	0,00	505 710,15
Ativos fixos tangíveis em curso	7 561 985,66	0,00	0,00	7 561 985,66	2 114 865,96	0,00	0,00	2 114 865,96
	96 179 070,27	30 996 070,58	0,00	65 182 999,69	98 633 773,26	33 583 504,74	0,00	65 050 268,52
TOTAL	169 672 184,05	52 647 285,61	0,00	117 024 898,44	175 804 188,32	57 792 718,77	0,00	118 011 469,55

Quadro n.º 6 - Quantia escriturada e variações no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferencias internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	1 672 897,58	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 672 897,58
Edifícios e outras construções	6 158 802,67	0,00	193 788,50	0,00	0,00	-245 043,69	0,00	6 107 547,48
Infraestruturas	43 412 610,32	0,00	3 472 498,61	0,00	0,00	-2 312 955,31	0,00	44 572 153,62
Património histórico, artístico e cultural	597 588,18	11 014,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	608 602,35
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	51 841 898,75	11 014,17	3 666 287,11	0,00	0,00	-2 557 999,00	0,00	52 961 201,03
Ativos fixos em concessão								
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	19 916 110,13	0,00	0,00	0,00	0,00	-10 634,40	0,00	19 905 475,73
Edifícios e outras construções	31 632 086,67	1 838 668,44	4 725 119,16	0,00	0,00	-1 251 124,00	0,00	36 944 750,27
Equipamento básico	2 636 788,64	855 717,59	-489,66	0,00	0,00	-566 781,56	-59 119,29	2 866 115,72
Equipamento de transporte	2 598 495,26	368 685,17	0,00	0,00	0,00	-559 788,17	0,00	2 407 392,26
Equipamento administrativo	371 346,28	62 151,60	-620,22	0,00	0,00	-98 965,43	-27 953,80	305 958,43
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	466 187,05	138 553,82	1 109,88	0,00	0,00	-100 140,60	0,00	505 710,15
Ativos fixos tangíveis em curso	7 561 985,66	2 944 286,57	-8 391 406,27	0,00	0,00	0,00	0,00	2 114 865,96
	65 182 999,69	6 208 063,19	-3 666 287,11	0,00	0,00	-2 587 434,16	-87 073,09	65 050 268,52
TOTAL	117 024 898,44	6 219 077,36	0,00	0,00	0,00	-5 145 433,16	-87 073,09	118 011 469,55

Quadro n.º 7 - AFT – Desagregação das adições

Rubricas	Adições										
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	9 895,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 118,75	11 014,17
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	9 895,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 118,75	11 014,17
Ativos fixos em concessão											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis											
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	297 555,92	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 541 112,52	1 838 668,44
Equipamento básico	0,00	814 085,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41 632,40	855 717,59
Equipamento de transporte	0,00	346 616,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22 068,53	368 685,17
Equipamento administrativo	0,00	61 680,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	471,56	62 151,60
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	137 502,91	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 050,91	138 553,82
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	2 944 286,57	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 944 286,57
	0,00	4 601 727,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 606 335,92	6 208 063,19
TOTAL	0,00	4 611 622,69	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 607 454,67	6 219 077,36

Quadro n.º 8 - AFT – Desagregação das diminuições

Rubricas	Diminuições					
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos em concessão em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento básico	0,00	0,00	0,00	0,00	-59 119,29	-59 119,29
Equipamento de transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-27 953,80	-27 953,80
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00	-87 073,09	-87 073,09
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	-87 073,09	-87 073,09

Durante o ano de 2022, foram concluídas obras no montante de 8.306.406 €, que reforçaram o montante dos ativos fixos tangíveis.

Os ativos fixos tangíveis em curso, no final de 2022 totalizam o montante de 2.114.865,96 €.

Quadro n.º 9 - AFT – Totalmente depreciados que ainda estejam em uso

Conta	Designação	Valor
4302	Edifícios e outras construções	2 383,89 €
4303	Infraestruturas	4 886 188,14 €
4304	Património histórico, artístico e cultural	8 758,15 €
431	Terrenos e recursos naturais	614 773,23 €
432	Edifícios e outras construções	4 504 125,41 €
433	Equipamento básico	4 730 936,79 €
434	Equipamento de transporte	2 687 161,41 €
435	Equipamento administrativo	2 002 808,62 €
437	Outros ativos fixos tangíveis	2 119 566,94 €
TOTAL		21 556 702,58 €

6. Locações

Em 31 de dezembro de 2022, o Município apresenta 15 contratos em regime de locação financeira conforme descrito no quadro n.º 10.

No decorrer do ano de 2022, concluiu-se o pagamento de 2 contratos de locação financeira.

O capital em dívida no final do ano de 2022 é de 461.939,91 €.

Quadro n.º 10 - Locações financeiras - Locatários

LOCADOR		Início da locação	Investimento bruto na locação	Investimento líquido na locação	Visto do TC		Condições				Reconhecimento inicial da locação			Pagamentos da locação							Passivo remanescente		Valor dos pagamentos mínimos	Montantes vencidos e não pagos	Valor líquido do ativo locado no final de N				
Designação	NIPC				Número	Data	Prazo	TAEG	Custos diretos iniciais	Rendas		Começo do prazo da locação	Passivo	Ativo	Encargos financeiros						Redução do passivo pendente					Rendas contingentes	No início de N	No final de N	
										N.º	Periodicidade				Juros contratuais			Juros de mora			Outros encargos								Até N
												Até N		Em N		Previstos após N													
BESLEASING E FACTORING	502330937	02/10/2005	122 330,70	122 330,70	3914	03/11/2000	20	1,15%	240	MENSAL	02/11/2005	2513	4321	32 853,53	1 093,90								92 239,64	30 091,06		30 091,06	0,00	0,00	
BANCO BPL SA	501214534	18/09/2017	444 645,00	444 645,00	2148/2017	03/08/2017	7	1,00%	84	MENSAL	25/09/2017	2513	43421	12 683,38	1 923,25	3 276,64							270 963,86	60 276,98	113 404,16	173 681,14	113 404,16	113 404,16	
BANCO BPL SA	501214534	31/07/2017	290 280,00	290 280,00	19/2018	03/01/2018	3	0,85%	36	MENSAL	31/01/2018	2513	43421	3 584,88	4,54								276 844,71	13 435,29	0,00	13 435,29	0,00	0,00	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	285 566,71	285 566,71	597/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	1 446,88	631,00	234,65							119 042,98	112 977,85	53 545,88	155 339,03	53 545,88	53 545,88	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	111 868,09	111 868,09	598/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	619,95	186,16	24,60							57 160,46	36 848,14	17 859,49	54 707,63	17 859,49	17 859,49	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	49 824,60	49 824,60	599/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	276,14	82,90	75,07							25 458,55	16 412,52	7 953,53	24 366,05	7 953,53	7 953,53	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	46 621,59	46 621,59	600/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	245,41	92,58	9,78							22 542,08	15 337,93	8 741,58	24 079,51	8 741,58	8 741,58	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	31 555,58	31 555,58	601/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	102,75	52,44	30,00							16 123,62	10 394,63	5 037,33	15 431,96	5 037,33	5 037,33	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	21 945,32	21 945,32	602/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	115,49	39,16	7,14							10 610,84	7 219,74	4 114,74	11 334,48	4 114,74	4 114,74	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	37 624,31	37 624,31	604/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	122,06	62,59	36,00							19 224,80	12 393,60	6 005,91	18 399,51	6 005,91	6 005,91	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	116 494,66	116 494,66	605/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	591,70	244,58	35,00							53 124,68	44 774,32	18 595,66	63 369,98	18 595,66	18 595,66	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	69 991,70	69 991,70	606/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	386,02	116,47	24,00							35 764,09	23 055,17	11 172,44	34 227,61	11 172,44	11 172,44	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	94 450,36	94 450,36	607/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	502,11	177,22	58,00							44 864,87	37 129,42	12 456,07	48 784,69	12 456,07	12 456,07	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	26 004,41	26 004,41	608/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	137,60	51,63	23,00							12 573,26	8 555,32	4 875,83	13 431,15	4 875,83	4 875,83	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	148 168,87	148 168,87	612/2020	02/04/2020	4	0,50%	48	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	759,91	566,74	463,45							47 170,51	36 047,18	64 951,18	100 998,36	64 951,18	64 951,18	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	269 729,03	269 729,03	613/2020	02/04/2020	4	0,50%	48	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	1 401,75	1 111,41	339,04							85 858,08	65 625,23	118 245,72	183 870,95	118 245,72	118 245,72	
CAIXA LEASING E FACTORING	504868713	29/01/2020	50 127,44	50 127,44	610/2020	02/04/2020	3	0,50%	36	MENSAL	29/01/2020	2513	43421	214,19	110,74	68,18							18 733,92	16 413,13	14 980,39	31 393,52	14 980,39	14 980,39	
Total			2 217 228,37	2 217 228,37										56 043,75	6 547,31	4 704,54						1 208 300,95	546 987,51	461 939,91	996 941,92	461 939,91		461 939,91	

7. Custos de empréstimos obtidos

Os contratos de empréstimos existentes no ano de 2022 e respetivas condições e encargos, estão refletidos no quadro n.º 12.

No decurso do ano de 2022, foi rubricado um contrato de empréstimo de curto prazo no montante de 1.500.000 €, dos quais foram utilizados 1.000.000 €.

Foram totalmente amortizados 2 empréstimos, nomeadamente um empréstimo celebrado como BBVA para financiamento do plano de atividades e outro com o Novo Banco para fazer face às intempéries.

Apresenta-se igualmente, no quadro n.º 13, o horizonte temporal dos encargos assumidos com os empréstimos ainda vigentes.

No quadro seguinte é apresentado um resumo dos financiamentos obtidos, individualizando os encargos estimados quer no curto prazo (a pagar durante o ano de 2023), quer no médio e longo prazo.

Quadro n.º 11 - Resumo dos financiamentos obtidos

Financiamentos	31.12.2022			31.12.2021		
	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total	Passivo corrente	Passivo não corrente	Total
Empréstimos bonificados	115 770	34 828	150 598	123 191	150 595	273 786
- CGD / IHRU	115 770	34 828	150 598	115 747	150 595	266 342
- Novo Banco			0	7 444		7 444
Empréstimos financiamento	2 606 170	16 728 169	19 334 339	3 099 431	18 989 782	22 089 213
- CGD	540 854	4 249 162	4 790 016	540 854	4 445 458	4 986 312
- BPI	1 743 263	7 185 995	8 929 258	1 733 543	8 929 258	10 662 801
- CCAM	322 053	5 293 012	5 615 066	171 111	5 615 066	5 786 177
- BBVA			0	653 923		653 923
Locações financeiras	332 700	129 240	461 940	524 542	494 115	1 018 658
Total	3 054 641	16 892 237	19 946 878	3 747 164	19 634 492	23 381 656

Quadro n.º 12 - Custos de empréstimos obtidos

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Taxa de juro		Pagamentos efetuados						Montantes vencidos e não pagos em 31/12			Capital em dívida no ano N		Amortizações médias de capital		Fundamento legal (c)															
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Inicial	Atual	Amortização do capital			Juros			Outros encargos: (a)			Capital	Juros	Outros encargos (a)	Em 01.01		Em 31.12	Empréstimos contratados até 31/12/2013 (b)	Empréstimos contratados após 01/01/2014												
													Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N																				
																														Até N	Ano N	Previstos após N	Até N	Ano N	Previstos após N						
Curto Prazo	45647452034	Millennium BCP	02-01-2022	1	1			Financiamento de necessidades pontuais de tesouraria	1 500 000	1 000 000	0,12%	0,12%																													
	Total CP								1 500 000	1 000 000			0	1 000 000	0	0	234	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0			
Médio e Longo Prazo	97864000206	B.B.V.A.	15-05-2002	20	20	1181	08-07-2002	Financ. Plano de Activ. 2002/2004	9 975 958	9 975 958	3,93%	0,00%	9 322 036	653 923	0		2 501 953	4																							
	59072509293	C.C.A.M.	10-03-2016	20	6	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamp	2 900 000	2 900 000	1,15%	1,15%	483 333	161 111	2 255 556		162 105	27 707	190 795																					145 000	
	59072889181	C.C.A.M.	10-03-2016	20	6	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta do Braamcamp	1 800 000	180 000	1,15%	1,15%	25 000	10 000	145 000		7 816	1 620	8 900																				9 000		
Não isentos	9015/00837/991	C.G.D.	20-06-2016	20	6	1039	27-07-2016	Investimentos diversos	2 300 000	1 968 497	1,44%	1,25%	328 083	109 361	1 531 053		69 041	15 494	117 892																				98 425		
	2388496830038	B.P.L.	10-03-2016	10	6	1041	07-10-2016	Aq. de embarcação tradicional - Muleta	300 000	300 000	1,30%	1,30%	123 529	35 294	141 176		10 085	2 211	4 194																				30 000		
	2388496830037	B.P.L.	10-03-2016	10	6	998	16-11-2016	Substituição do PAEL Reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma Suntuosa e arrojados exteriores	7 651 035	7 651 035	1,90%	1,77%	3 643 350	728 670	3 279 015		528 241	68 819	147 518																				765 103		
	2595/000398/991	C.G.D.	15-05-2021	20	2	1451	12-11-2021		850 000	850 000	0,58%	0,58%			850 000			51 313																				42 500			
	SubTotal								25 776 993	23 825 490			13 925 331	1 698 359	8 201 800		3 279 241	115 854	520 627	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 090 628			
Médio e Longo Prazo	0141/000032/387/0019	C.G.D.	16-07-1987	25	24	47941	26-08-97	Habitação Social P.E.R. - aquisição de 119 fogos	2 211 630	2 211 630	1,94%	0,47%	2 014 956	98 291	98 383		152 664	159,10	200	185	8	8																			
	0141/000032/387/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	23	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R. - Financiamento complementar para aquisição de 119 fogos	138 077	138 077	1,32%	0,47%	120 309	5 910,42	11 849		9 651	9	47	177	8	17																			
	0141/000035/387/0019	C.G.D.	05-03-2001	25	21	37	15-03-01	Financ. P/eq. 14 fogos - P.E.R.	271 783	271 783	1,12%	0,00%	219 883	11 533,41	40 367		13 458	46	161	8	32																				
	770082126	Novo Banco	26-12-2001	20	20			Rep. danos prov. p/ inesperados	249 399	249 399	3,69%	0,18%	241 955	7 444	0		35 741	6																							
	2388496830039	B.P.L.	25-07-2017	10	4	3080	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	7 915 000	7 915 000	1,00%	1,00%	1 436 354	969 579	5 509 066,46		188 013	62 369	166 645																						
	9015/00863/991	C.G.D.	33-07-2017	10	4	3079	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	3 451 943	3 451 943	1,30%	1,30%	647 239	431 493	2 373 211		99 685	39 319	129 497	16	8	40																			
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	2	3388	26-01-2021	Conclusão da empreitada de ampliação da Escola EB 1 + II n.º 3 Barreiro	2 118 325	2 118 325	0,39%	0,39%			2 118 325				83 677																						
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	2	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público da Av. da Liberdade	1 096 185	1 096 185	0,39%	0,39%			1 096 185				43 250																						
	2595/000398/991	C.G.D.	13-05-2021	20	2	1450	12-11-2021	Recuperação do Molinho de Mare Grande de Alburquerque	993 299	35 752	0,58%	0,58%			993 299				59 807																						
	SubTotal								18 445 642	17 488 094	0	0	4 680 697	1 524 260	12 240 685		499 212	101 862	483 170	538	33	97	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1 028 821		
	Total MLP								44 222 634	41 313 584	0	0	18 606 028	3 222 619	20 442 485		3 778 453	217 716	1 000 797	538	33	97	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 118 849			
	Total Geral								45 722 634	42 313 584	0	0	18 606 028	4 222 619	20 442 485		3 778 453	217 951	1 000 797	538	33	97	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2 118 849			

Quadro n.º 13 - Horizonte temporal dos empréstimos obtidos

Tipo	Identificação do empréstimo		Data de contratação do empréstimo	Prazo do contrato	Anos decorridos	Visto do TC		Finalidade do empréstimo	Capital		Pagamentos a efetuar até:													
	N.º do contrato	Nome da instituição				N.º de registo	Data		Contratado	Utilizado	Até 2025		Até 2030		Até 2035		Até 2040		Até 2045					
											Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros	Amortização	Juros				
Médio e Longo Prazo	97866000206	B.B.V.A.	15-05-2002	20	20	1181	08-07-2002	Financ. Plano de Activ. 2002/2004	9 975 958	9 975 958														
	59072509293	C.C.A.M.	10-03-2016	20	6	1000	27-07-2016	Aquisição da Quinta do Braamcamp	2 900 000	2 900 000	483 333	101 501	805 556	82 225	805 556	35 241	161 111	1 413						
	59072889181	C.C.A.M.	10-03-2016	20	5	1037	27-07-2016	Realização de obras na Quinta do Braamcamp	1 800 000	180 000	30 000	4 642	50 000	3 946	50 000	1 877	15 000	64						
Não isentos	9015/00837/991	C.G.D.	20-06-2016	20	6	1039	27-07-2016	Investimentos diversos	2 300 000	1 968 497	328 083	283 811	546 805	50 211	546 805	21 335	109 360	857						
	2388496830038	B.P.I.	10-03-2016	10	6	1041	07-10-2016	Aq. de embarcação tradicional - Muleta	300 000	300 000	105 882	6 520	35 294	350										
	2388496830037	B.P.I.	10-03-2016	10	6	998	16-11-2016	Substituição do PAEL	7 651 035	7 651 035	2 186 010	209 834	1 093 005	19 616										
	2595/000398/591	C.G.D.	15-05-2021	20	2	1451	12-11-2021	Reabilitação e regeneração de um edifício com vista à criação de uma Startup e arranjos exteriores	850 000	850 000	90 160	18 219	229 987	18 610	236 693	10 619	243 595	3 717	49 565	154,31				
SubTotal									25 776 993	23 825 490	3 223 468	624 528	2 760 646	174 958	1 639 054	69 072	529 067	6 050	49 565	154				
Médio e Longo Prazo	0141/000032/387/0019	C.G.D.	16-07-1997	25	24	47941	26-08-97	Habitação Social P.E.R. - Aquisição de 119 fogos	2 211 630	2 211 630	98 383	185												
	0141/000032/587/0019	C.G.D.	08-12-1998	25	23	48648	29-12-98	Habitação Social P.E.R. - financiamento complementar para aquisição de 119 fogos	138 077	138 077	11 849	168												
	0141/000035/887/0019	C.G.D.	05-03-2001	25	21	37	15-03-01	Financ. P/ aq. 14 fogos - P.E.R.	271 783	271 783	34 600	40	5 767	6										
	770082126	Novo Banco	26-12-2001	20	20			Rep. danos prov. p/ interempries	249 399	249 399	0	7												
	2388496830039	B.P.I.	25-07-2017	10	4	3080	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	7 915 000	7 915 000	2 967 448	190 763	2 541 618	38 251										
	9015/00863/5991	C.G.D.	31-07-2017	10	4	3079	28-05-2018	Aquisição de 60 autocarros a GNC e posto de abastecimento a GNL	3 451 943	3 451 943	1 294 479	110 064	1 078 732	21 344										
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	2	3386	26-01-2021	Conclusão da empreitada de ampliação da Escola EB 1 + JI n.º 3 Barreiro	2 118 325	2 118 325	342 810	31 001	580 338	29 077	591 763	17 651	603 414	5 948						
		C.C.A.M.	26-11-2020	20	2	3385	26-01-2021	Reformulação da mobilidade e do espaço público da Av. da Liberdade	1 096 185	1 096 185	177 396	16 153	300 311	15 047	306 224	9 134	312 253	2 916						
	2595/000398/791	C.G.D.	13-05-2021	20	2	1450	12-11-2021	Recuperação do Moinho de Maré Grande de Alburrica	993 299	35 752	105 359	22 267	268 760	21 748	276 597	11 839	284 662	3 773	57 921	181				
SubTotal									18 445 642	17 488 094	5 032 325	370 648	4 775 536	125 472	1 174 584	38 624	1 200 329	12 638	57 921	181				
Total Geral									44 222 634	41 313 584	8 255 793	995 175	7 536 172	300 430	2 813 638	107 696	1 729 396	18 688	107 486	335				

9. Imparidade de ativos

Quadro n.º 14 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa

Ativo	Natureza	31/12/2022			31/12/2021		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Clientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	5 671 170,50	4 042 544,73	1 628 625,77	5 374 219,27	3 672 580,61	1 701 638,66
Outros devedores	Gerador de caixa	151 512,97	140 150,84	11 362,13	150 890,87	140 150,84	10 740,03
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Não gerador de caixa	429 154,72	247 277,26	181 877,46	680 329,56	253 866,00	426 463,56

Em 2022, considerou-se criar imparidade para todos os montantes em dívida no final de 2022, com exceção dos montantes recebidos até final de fevereiro de 2023.

De igual forma, não foram constituídas imparidades para todos os montantes em dívida de acordos de pagamento que estejam a ser cumpridos, das dívidas resultantes da faturação de águas.

Para as matérias-primas, subsidiárias e de consumo, criou-se imparidade equivalente aos bens sem consumo nos últimos 4 anos.

No ano de 2022, as imparidades foram reforçadas no valor de 363.375,38 €, conforme espelhado no quadro seguinte.

Quadro n.º 15 - Imparidade de ativos geradores de caixa e ativos não geradores de caixa - Ano

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Clientes, contribuintes e utentes	3 672 580,61	369 964,12			369 964,12					4 042 544,73
Outros devedores	140 150,84	0,00			0,00					140 150,84
Matérias-primas, subsid.e de consumo	253 866,00	-6 588,74			-6 588,74				0,00	247 277,26
TOTAL	4 066 597,45	363 375,38	0,00	0,00	363 375,38	0,00	0,00	0,00	0,00	4 429 972,83

10. Inventários

Em 31 de dezembro de 2022, a rubrica Inventários tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 16 - Inventários

Rubricas	31/12/2022			31/12/2021		
	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Mercadorias	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	429 154,72	247 277,26	181 877,46	680 329,56	253 866,00	426 463,56
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	429 154,72	247 277,26	181 877,46	680 329,56	253 866,00	426 463,56

Os movimentos ocorridos no período, consta do quadro seguinte:

Quadro n.º 17 - Inventários – Movimentos no período

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações							Quantia escriturada final
		Compras líquidas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários	
Mercadorias									0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	680 329,56	347 115,22	382 270,48	-216 019,58	247 277,26				181 877,46
Produtos acabados e intermédios									0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos									0,00
Produtos e trabalhos em curso									0,00
TOTAL	680 329,56	347 115,22	382 270,48	-216 019,58	247 277,26	0,00	0,00	0,00	181 877,46

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, encontra-se devidamente apurado no quadro seguinte.

Quadro n.º 18 - Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

	2022			2021		
	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de Consumo	Total
Existências iniciais	0,00	680 329,56	680 329,56	0,00	409 193,73	409 193,73
Compras	0,00	347 115,22	347 115,22	0,00	372 420,20	372 420,20
Regularização de existências	0,00	-216 019,58	-216 019,58	0,00	310 962,84	310 962,84
Existências finais	0,00	429 154,72	429 154,72	0,00	680 329,56	680 329,56
Custo das merc.vend.mat.consumidas	0,00	382 270,48	382 270,48	0,00	412 247,21	412 247,21

13. Rendimentos de transações com contraprestação

Esta nota tem por objetivo descrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, sendo elemento fundamental, a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido na demonstração de resultados, quando for provável que fluam para a entidade, benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e, estes benefícios, possam ser mensurados com fiabilidade.

O quadro seguinte, reflete estes rendimentos.

Quadro n.º 19 - Rendimentos de transações com contraprestação

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2022					31/12/2021				
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Adiantamentos recebidos
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período		Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	
Venda de bens	3 424 343,60		966 662,32	1 044 234,33		3 480 829,16		915 840,51	966 662,32	
Prestações de Serviços	5 281 031,77		1 575 414,56	1 494 301,48		4 755 436,04		1 395 607,42	1 575 414,56	
Outros rendimentos	18 933,80		47 099,97	48 305,97				64 424,98	47 099,97	
Juros, dividendos ou outros rendimentos similares	123 645,69					113 877,13				
TOTAL	8 847 954,86	0,00	2 589 176,85	2 586 841,78	0,00	8 350 142,33		2 375 872,91	2 589 176,85	0,00

14. Rendimentos de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências.

Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.

As transferências, são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

O detalhe destes rendimentos, encontra-se no quadro seguinte.

Quadro n.º 22 - Passivos contingentes

N.º	Entidade	Processo	Valor da Ação	Observações	Valor Provisão
1	Magda Alexandra Leal Dias Ferreira	Procº nº 910/16.3BEALM	35 000,00 €		0,00 €
2	Felísbela Jesus Rocha	Procº nº 173/17.3BEALM	30 000,01 €		0,00 €
3	Helena Cristina Calado Martins Fernandes	Procº nº 186/17.5BEALM	30 000,01 €		0,00 €
4	Maria Isabel Cebola Ramalho	Procº nº 183/17.0BEALM	5 000,01 €		0,00 €
5	Palmira Conceição Freire	Procº nº 180/17.6BEALM	5 000,01 €		0,00 €
6	Deolinda Ramos Silva Duarte	Procº nº 214/17.4BEALM	5 000,01 €		0,00 €
7	José Manuel Gomes dos Santos, Lda	Procº nº 219/17.5BEALM	5 283,10 €		0,00 €
8	Jullão Azevedo - Arquitectos, Lda	Procº nº 3639/22.0 BELSB	42 000,00 €		0,00 €
9	Vitor Pedro ramos Rocha	Procº nº 296/22.7 BEALM	13 980,00 €		0,00 €
10	Helder Miguel da Silva Pereira Alves Menor	Procº nº 228/18.7BEALM	30 000,01 €		30 000,01 €
11	Isabel Maria Gomes da Silva André	Proc.º n.º 260/19.3BEALM	15 000,01 €		0,00 €
12	Repsol Portuguesa, S.A.	Procº 710/19.9 BEALM	779,73 €		779,73 €
13	Amadeu Marques Henriques	Procº 1299/19.4BELRA	76 287,49 €		76 287,49 €
14	Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.	Procº 2081/20.1 BEPRT	192,86 €		0,00 €
15	Fernando José da Conceição Cavaco Capelo	Procº 1221/14.4 BEALM	495 833 057,76 €		0,00 €
16	Mestres Publicidade, Lda	Procº 1325/09.5 BEALM	17 975,52 €		0,00 €
17	Segum - Sociedade de Construções, Lda	Procº 603/05.7 BEALM	87 930,74 €		0,00 €
18	Sociedade Portuguesa Estudo das Aves	Procº 970/20.0 BELSB	30 000,01 €		0,00 €
19	Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos S.A.	Procº 218/19.2 BELLE	30 000,01 €		0,00 €
20	Habigest - Imobiliária, Lda	Procº 905/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00 €
21	J. M. Duarte	Procº 1097/18.2 BEALM	30 000,01 €		0,00 €
22	Teodoro Rúbio & Filhos, Lda	Procº 2931/19.5T8 ALM	275 000,00 €		0,00 €
23	Alexandre Barbosa Borges S.A. e Outros	Procº 532/19.7 BEALM	784 218,28 €		0,00 €
24	Eurodecisão - Produção de Biocombustíveis, Lda	Proc.º n.º 2659/08.1 BELSB	1 109 159,08 €		0,00 €

17. Acontecimentos após a data de relato

Não se verificaram acontecimentos após a data de relato que requeiram ajustamento ou divulgação.

As Demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pelo Órgão Executivo a 14 de abril de 2023.

18. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos Ativos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 23 - Ativos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos Financeiros	Ativos financeiros não correntes ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Outros ativos						
		- Devedores diversos	28 076,92		28 076,92	29 368,75		29 368,75
		- Outros ativos financeiros	6 471 485,95		6 471 485,95	7 882 277,99		7 882 277,99
		Participações financeiras	5 408 028,87		5 408 028,87	6 232 233,00		6 232 233,00
		Subtotais	11 907 591,74	-	11 907 591,74	14 143 879,74	-	14 143 879,74
	Ativos financeiros correntes ao custo ou custo amortizado menos imparidade	Cientes, contribuintes e utentes						
		- Clientes c/c	759 486,38		759 486,38	814 184,97		814 184,97
		- Utentes	869 139,39		869 139,39	887 453,69		887 453,69
		- Cobrança duvidosa	4 042 544,73	4 042 544,73	-	3 672 580,61	3 672 580,61	-
		Outros ativos						
		- Estado e out.ent.públicos	1 080 489,71		1 080 489,71	1 122 375,26		1 122 375,26
		- Dev. por acréscimos	12 754 407,26	140 150,84	12 614 256,42	13 105 875,51	140 150,84	12 965 724,67
		- Devedores diversos			-			-
		- Outros ativos financeiros	4 790 457,05		4 790 457,05	3 379 665,01		3 379 665,01
		Participações financeiras			-			-
		Subtotais	24 296 524,52	4 182 695,57	20 113 828,95	22 982 135,05	3 812 731,45	19 169 403,60
		Totais	36 204 116,26	4 182 695,57	32 021 420,69	37 126 014,79	3 812 731,45	33 313 283,34

Passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o valor dos Passivos financeiros era o seguinte:

Quadro n.º 24 - Passivos financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2022			31.12.2021		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros não correntes mensurados ao custo ou ao custo amortizado	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.			-			-
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-			-
		Fornecedores	757 173,19		757 173,19	995 772,19		995 772,19
		Outros passivos						
		- Pessoal			-			-
		- Estado e out.ent.públicos			-			-
		- Fornecedores de investimentos			-			-
		- Cred. por acréscimos			-			-
		- Credores diversos	1 543 281,29		1 543 281,29	1 578 375,94		1 578 375,94
	- Rendimentos a reconhecer			-			-	
	Financiamentos obtidos	16 892 237,00		16 892 237,00	19 634 492,34		19 634 492,34	
	Subtotais	19 192 691,48		19 192 691,48	22 208 640,47		22 208 640,47	
	Passivos financeiros não correntes mensurados ao custo ou ao custo amortizado	Credores p/transf.sub.emp.bonif.						
		- Cred. por transf. e sub. não reemb.	1 000,00		1 000,00	1 000,00		1 000,00
		- Cred. por emp.bon.e sub. reembolsáveis			-			-
		Fornecedores	5 536 695,79		5 536 695,79	2 538 032,89		2 538 032,89
		Outros passivos						
		- Pessoal			-			-
		- Estado e out.ent.públicos	622 176,14		622 176,14	479 976,76		479 976,76
		- Fornecedores de investimentos	1 106 574,47		1 106 574,47	1 453 938,74		1 453 938,74
		- Cred. por acréscimos	3 817 092,66		3 817 092,66	5 641 957,31		5 641 957,31
		- Credores diversos	226 069,11		226 069,11	109 665,60		109 665,60
- Rendimentos a reconhecer				-			-	
Financiamentos obtidos		3 054 640,61		3 054 640,61	3 747 163,76		3 747 163,76	
Subtotais		14 364 248,78		14 364 248,78	13 971 735,06		13 971 735,06	
Totais	33 556 940,26		33 556 940,26	36 180 375,53		36 180 375,53		

Rendimentos e gastos de instrumentos financeiros

Quadro n.º 25 - Rendimentos e gastos de juros

Rendimentos e gastos de juros	31/12/2022	31/12/2021
Rendimentos de juros para ativos financeiros		
Depósitos	271,58	655,88
Gastos de juros para passivos financeiros		
Financiamentos obtidos	240 976,96	256 246,07

Quadro n.º 26 - Perdas por imparidade em ativos financeiros

Ativos financeiros	31/12/2022	31/12/2021
Clientes	4 042 544,73	3 672 580,61
Outras contas a receber	140 150,84	140 150,84

20. Divulgação de partes relacionadas

As entidades controladas assim como as transações ocorridas com as mesmas no que se refere a rendimentos e gastos, são apresentadas nos quadros seguintes.

Quadro n.º 27 - Listagem de entidades controladas

Tipo de Entidade	Sede	Capital Social	Participação	Capital Próprio	Participação	% Controlo		Controlo final
						Direto	Indireto	
SM	Rua Resistentes Anti-Fascistas - 2830-523 Barreiro	5 809 329	5 809 329	1 421 266	1 421 266	100,00%		100,00%
ASU	Rua Gay Lussac, n.º 4 - 2830-302 Barreiro	578 287	176 725	306 270	93 596		30,56%	30,56%

Quadro n.º 28 - Mapa das relações financeiras com entidades públicas participantes e empresas locais

Entidade			Identificação das operações	Direitos / Recebimentos						Obrigações / Pagamentos					
Tipo	Denominação	NIPC		Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final	% no total de Recebimentos	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	% no total de Pagamentos
ASU	S.ENERGIA - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	508100720	Subsídio à exploração							60 376,53		60 376,53		3,64%	
Subtotal:				0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	60 376,53	0,00	60 376,53	0,00	3,64%
			Financiamentos concedidos	11 373 961,35	101 687,46			11 475 648,81	100,00%						0,00%
SM	Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	680015574	Compensação financeira de obrigação serviço público							414 500,00		414 500,00		25,02%	
			Aquisição títulos transportes							585 500,00		585 500,00		35,35%	
			Fornecimentos e serviços externos							157 753,29	702 355,40	596 111,53	263 997,16	35,99%	
Subtotal:				11 373 961,35	101 687,46	0,00	0,00	11 475 648,81	100,00%	157 753,29	1 702 355,40	0,00	1 596 111,53	263 997,16	96,36%
Total:				11 373 961,35	101 687,46	0,00	0,00	11 475 648,81	100,00%	157 753,29	1 762 731,93	0,00	1 656 488,06	263 997,16	100,00%

23. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da situação financeira e dos resultados do período:

Investimentos financeiros

A 31 de dezembro de 2022, o valor dos Investimentos financeiros era o apresentado no quadro seguinte.

Quadro n.º 29 - Investimentos financeiros

Entidades / Fundos			Participação no final do exercício				Observações
Denominação	Natureza da entidade	NIPC	Valor subscrito	Data subscrição	%	Valor contabilizado a 31/12/2022	
Amarsul - Valorização e tratamento de resíduos sólidos, S.A	Sociedade anónima	503876321	512 945,00	04/03/1997	6,60%	512 945,00	Contabilizado de acordo com a participação no capital social
Simarsul, S.A.	Sociedade anónima de capitais públicos	513606130	2 274 306,00	22/01/2004	9,10%	2 274 306,00	
S.Energia - Agência Regional de Energia Barreiro, Moita, Montijo e Alcochete	ASU	508100720	176 724,51	16/05/2007	30,56%	93 595,98	Contabilizado ao Método de Equivalência Patrimonial
Serviços Municipalizados de Transportes Coletivos do Barreiro	SM	680015574	2 306 528,73	31/12/2020	100,00%	1 421 266,39	
FAM - Fundo de Apoio Municipal	Pessoa Coletiva Direito Público	513319182	1 105 915,50	27/05/2015	0,26%	1 105 915,50	De acordo com as Unidades de Participação adquiridas

Rendimentos e ganhos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a composição apresentada no quadro seguinte.

Quadro n.º 30 - Rendimentos e ganhos

Rendimentos e ganhos	2022	2021
70 Impostos, contribuições e taxas	24 090 990,65	22 993 645,16
71 Vendas	3 424 343,60	3 480 829,16
72 Prestações de serviços e concessões	5 281 031,77	4 755 436,04
73 Variações nos inventários da produção		
74 Trabalhos para a própria entidade		369 466,73
75 Transferências e subsídios correntes obtidos	21 520 282,39	13 174 800,33
76 Reversões	6 728,19	
77 Ganhos por aumentos de justo valor		
78 Outros rendimentos	1 871 421,02	3 138 643,72
79 Juros, dividendos e out.rendimentos similares	123 645,69	113 877,13
Totais	56 318 443,31	48 026 698,27

Gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de rendimentos e ganhos, tinha a seguinte composição:

Quadro n.º 31 - Gastos e perdas

Gastos e perdas	2022	2021
60 Transferências e subsídios concedidos	6 087 051,80	4 978 622,27
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	382 270,48	412 247,21
62 Fornecimentos e serviços externos	18 103 076,54	16 459 824,89
63 Gastos com o pessoal	24 427 202,78	18 437 525,53
64 Gastos de depreciação e de amortização	5 265 084,81	4 833 392,95
65 Perdas por imparidade	370 103,57	221 470,89
67 Provisões		
68 Outros gastos	2 307 534,10	1 512 242,96
69 Gastos por juros e outros encargos	375 670,19	326 361,50
Totais	57 317 994,27	47 181 688,20

Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos no final de 2022 e 2021, apresentavam a composição espelhada no quadro seguinte:

Quadro n.º 32 - Fornecimentos e serviços externos

Fornecimentos e serviços externos	2022	2021
621 Subcontratos e parcerias	7 328 607,36	6 088 875,86
- Serviços de Saneamento básico	3 059 601,07	3 251 939,35
- Serv.Recolha e Trat.Dep.Resíduos	1 453 820,20	1 555 263,87
- Água - Abastecimento Público		
- Serviços de Saúde		
- Limpeza Urbana	914 894,56	
- Iluminação Pública	285 598,39	307 800,65
- Sinalização e Trânsito	4 958,90	
- Transportes Escolares	3 182,19	27,78
- Cantinas Escolares - refeições confeccionadas	1 506 427,62	886 566,54
- Outros	92 124,43	79 277,67
- Colónias de férias	8 000,00	8 000,00
622 Serviços especializados	5 554 031,08	5 719 224,87
- Trabalhos especializados	3 015 731,54	3 014 406,40
- Publicidade comunicação e imagem	176 036,03	302 752,28
- Vigilância e segurança	271 228,04	278 475,40
- Honorários	5 262,69	4 369,00
- Comissões de cobrança de impostos e taxas	415 397,71	400 582,72
- Comissões de outras cobranças	142 564,91	176 248,28
- Conservação e reparação	1 377 622,68	1 396 010,58
- Outros serviços especializados	150 187,48	146 380,21
623 Materiais de consumo	271 830,11	209 492,22
- Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	122 557,29	85 095,11
- Livros e documentação técnica	1 390,37	1 201,29
- Material de escritório	47 593,43	32 114,46
- Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	31 854,85	6 558,20
- Material de educação cultura e recreio	31 527,83	42 554,76
- Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	1 305,57	2 159,62
- Medicamentos e artigos para a saúde	9 525,14	2 304,66
- Produtos químicos e de laboratórios	18 647,05	11 108,96
- Outros materiais diversos de consumo	7 428,58	26 395,16
624 Energia e fluidos	1 940 452,79	1 769 430,22
- Electricidade	1 155 852,44	1 173 782,66
- Combustíveis e lubrificantes	784 600,35	595 555,07
- Outros		92,49
625 Deslocações, estadas e transportes	613 964,36	616 324,64
- Deslocações e estadas	15 959,89	3 936,32
- Transportes de pessoal		
- Transportes de mercadorias e outros bens vendidos		
- Transporte escolar	3 639,28	15 262,30
- Outros	594 365,19	597 126,02
626 Serviços diversos	2 394 190,84	2 056 477,08
- Rendas e alugueres	896 841,99	837 879,63
- Comunicação	308 093,24	217 650,17
- Seguros	268 860,77	202 690,86
- Contencioso e notariado		
- Despesas de representação dos serviços	4 512,68	4 228,87
- Limpeza, higiene e conforto	578 726,53	499 726,81
- Outros serviços	337 155,63	294 300,74
- Fornecimentos e serviços diversos		
Totais	18 103 076,54	16 459 824,89

Gastos com pessoal

No final de 2022, a Câmara Municipal do Barreiro, tinha ao seu serviço 1304 trabalhadores.

Os gastos com pessoal no ano de 2022 e 2021, apresentavam a composição expressa no quadro seguinte.

Quadro n.º 33 - Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal	2022	2021
Remunerações Órgãos Autárquicos	396 013,53	350 381,23
Remunerações do pessoal	18 620 887,27	13 889 764,21
- Remunerações base	13 319 438,73	10 145 129,80
- Subsídios de férias	1 702 556,72	943 098,27
- Subsídios de Natal	1 201 100,69	845 787,68
- Despesas de representação	48 404,16	44 969,84
- Subsídio de refeição	1 206 676,82	865 211,22
- Trabalho extraordinário	454 736,05	488 909,92
- Trabalho em regime de turnos	482 482,20	470 106,43
- Abono para falhas	43 263,70	37 831,49
- Ajudas de custo	6 379,75	950,30
- Vestuário e artigos pessoais	155 848,45	46 874,66
- Outros suplementos		894,60
Pensões		
Indemnizações	17 862,11	9 080,12
Encargos s/ Remunerações	4 875 831,01	3 752 188,31
Seguros de acid. trab e doenças profis.	274 709,82	227 748,82
Outros gastos com o pessoal	72,00	730,35
Outros encargos sociais	241 827,04	207 632,49
Totais	24 427 202,78	18 437 525,53

Transferências e subsídios concedidos

As transferências e subsídios concedidos no decurso do ano de 2022 e 2021, foram repartidas da seguinte forma:

Quadro n.º 34 - Transferências e subsídios concedidos

TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CONCEDIDOS	2022	2021
Transferências correntes concedidas		
- Serviços Municipalizados	163 000,00	163 000,00
- Freguesias	1 797 788,42	1 691 120,56
- Associações de Municípios	624 807,67	653 974,80
- Assembleias distritais		
- Outros	5 000,00	
- Instituições sem fins lucrativos	61 000,00	35 000,00
- Clubes, coletividades e outras entidades	1 188 933,06	893 480,56
- Escolas	913 698,30	94 026,51
- Bombeiros	266 054,27	312 500,00
- Famílias	2 983,70	2 564,85
- S-Energia	60 376,53	
- Outras		
Subtotal	5 083 641,95	3 845 667,28
Transferências capital concedidas		
- Serviços Municipalizados	251 500,00	251 500,00
- Freguesias	180 624,18	312 695,12
- Clubes, coletividades e outras entidades	391 285,67	351 259,87
- Bombeiros	180 000,00	217 500,00
- Instituições sem fins lucrativos		
Subtotal	1 003 409,85	1 132 954,99
Totais	6 087 051,80	4 978 622,27

Acréscimo de rendimentos e gastos

Os acréscimos de rendimentos e gastos no final do ano de 2022 e 2021 encontram-se expressos no quadro abaixo apresentado.

Quadro n.º 35 - Acréscimo de rendimentos e gastos

Acréscimos de rendimentos e de gastos	31/12/2022	31/12/2021
Acréscimos de rendimentos		
Impostos e Taxas imputados ao período - IMI	10 635 000,00	11 000 000,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IMT	320 788,82	361 808,34
Impostos e Taxas imputados ao período - Derrama	555 070,00	509 455,00
Impostos e Taxas imputados ao período - IUC	110 231,76	100 805,82
Juros a receber e outros rendimentos financeiros	214 114,86	112 301,54
Outros acréscimos de rendimentos	795 726,17	889 997,69
Total	12 630 931,61	12 974 368,39
Acréscimos de gastos		
Remunerações a liquidar	3 492 912,47	2 487 658,98
Juros a liquidar	46 364,56	29 778,84
Seguros a liquidar	1 066,06	
Outros	276 749,57	3 124 519,49
Total	3 817 092,66	5 641 957,31

Quadro n.º 36 – Demonstração das alterações no Património Líquido

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas legais	Reservas decorrentes da transferência de ativos	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(3)	98 914 741,11	0,00	2 888 367,79	0,00	0,00	-3 712 625,33	2 704 904,78	0,00	16 015 202,75	845 010,07	117 655 601,17		117 655 601,17
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contabilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorizações e respetivas variações														
Transferências e subsídios de capital										2 361 059,47		2 361 059,47		2 361 059,47
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido							845 010,07	-325 342,79			-845 010,07	-325 342,79		-325 342,79
	(3)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	845 010,07	-325 342,79	0,00	2 361 059,47	-845 010,07	-325 342,79	0,00	2 035 716,68
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)										-999 550,96	-999 550,96		-999 550,96
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (3) + (3)										-1 844 561,03	1 036 165,72		1 036 165,72
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para coberturas de perdas														
Outras operações	(5)													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6) = (4) + (5) + (6)	98 914 741,11	0,00	2 888 367,79	0,00	0,00	-2 867 615,26	2 379 561,99	0,00	18 376 262,22	-999 550,96	118 691 766,89	0,00	118 691 766,89

Transferências e subsídios de capital

Os movimentos ocorridos na conta transferências e subsídios de capital são os que constam do quadro seguinte.

